



UC/FPCE_ ANO

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Análise de conteúdo das histórias de vida de jovens ex-
acolhidos: Um estudo exploratório**

Ana Sofia Costa Henriques (e-mail: sofia-costahenriques@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento
e Aconselhamento sob a orientação do Professor Doutor Eduardo João
Ribeiro Santos

Análise de Conteúdo das Histórias de Vida de Jovens Ex-acolhidos: Um Estudo Exploratório

Resumo

O acolhimento residencial é uma das últimas medidas a tomar na proteção de crianças e jovens. No entanto, para muitos menores, acaba por ser uma solução a longo prazo. Depois de viverem num ambiente tóxico e provavelmente traumatizante, a instituição não é o meio mais eficaz na luta por um desenvolvimento saudável. Jovens acolhidos e ex-acolhidos continuam a ser uma população vulnerável, com níveis altos de fragilidades e comportamentos de risco. Este estudo pretende analisar as histórias e transições de jovens ex-acolhidos através de uma análise de conteúdo e retirar temas que indiquem problemáticas a ser focadas futuramente em investigação e intervenção.

Palavras chave: Acolhimento Residencial; Transições; Jovens Ex-Acolhidos;

Content Analysis of the Life Stories of Former Foster Care Youth: An Exploratory Study

Abstract

Foster care living is one of the last measures to be taken in the protection of children and youth. However, for many youngsters, it ends up being a long-term resolution. After living in a toxic environment and, probably, a traumatizing one, the institution is not the most effective way in the fight for a healthy development. Foster and former foster care youth are still a vulnerable population, with high levels of fragility and risk behavior. This study intends to analyze the stories and transitions of former foster care youth through content analysis and to bring up themes which indicate problematic to be focused on in the future in research and intervention

Key Words: Foster Care Living; Transitions; Former Foster Care Youth;

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Eduardo Santos pela orientação ao longo deste ano e pela liberdade de conduzir o meu próprio trabalho de investigação, estando prontamente disponível para as minhas dúvidas.

À minha família, por apoiar o meu curso pessoal e as minhas decisões, acreditando em mim e no meu futuro.

À Vânia e à Aina que tiveram papéis singulares para que eu pudesse concluir este projeto.

À Sofia, Daniela e Marta por me terem acompanhado ao longo destes anos inesquecíveis de faculdade e provarem que os amigos são a família que escolhemos.

À Andreea e Carina por terem tornado este último ano tão especial e estarem ao meu lado incondicionalmente.

Índice

I.	INTRODUÇÃO.....	1
II.	ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.	
1.	Acolhimento Residencial	2
a.	História e Legislação do Acolhimento em Portugal	2
b.	A atualidade do Acolhimento.....	5
2.	Desenvolvimento de Crianças e Jovens em Acolhimento	
a.	Vinculação e Maus Tratos	6
b.	Autonomia e Resiliência	10
III.	OBJETIVOS	12
IV.	METODOLOGIA	
1.	Descrição da Amostra	13
2.	Guião de Entrevista Semiestruturada	14
3.	Procedimentos de Investigação	14
V.	RESULTADOS	14
1.	Histórias de Vida	15
2.	Temas.....	27
VI.	DISCUSSÃO	31
VII.	CONCLUSÕES	33
VIII.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
IX.	ANEXOS	40

I - Introdução

A presente dissertação pretende abrir caminho a uma exploração mais compreensiva do jovem institucionalizado e das suas vivências. Trata-se de uma população de risco, referenciada e discriminada por vários fatores ecologicamente determinantes para a vida dos mesmos. É importante fazer a ligação entre as experiências traumáticas dos sujeitos em acolhimento e o seu desenvolvimento. Devemos considerar as suas ruturas relacionais, os seus mecanismos e competências de adaptação e as suas necessidades, que vão muito para além de garantir os recursos básicos de vida. Vítimas de maus tratos, de ambientes subnutridos e de comportamentos desviantes tendem a criar padrões de comportamento não adaptativos à vida em sociedade e ao seu próprio bem-estar.

Por outro lado, a vida em acolhimento deveria responder a essas necessidades, formando os jovens num ambiente enriquecedor que lhes desse as mesmas oportunidades que qualquer ambiente familiar saudável fornece. Os dados, no entanto, mostram que essa realidade está longe de ser verídica.

Este estudo exploratório pretende retirar das narrativas de jovens ex-acolhidos itens chave que ofereçam novas pistas sobre os caminhos que devemos seguir para elaborar respostas mais efetivas no cuidado e trabalho com esta população. Através de uma análise de conteúdo categorial, procuraremos focalizar aspetos fundamentais ligados às transições pelas quais estes jovens passaram. A significação relativa que exprimem deve oferecer um maior valor compreensivo do individuo em necessidade.

Primeiramente, no enquadramento conceptual, poremos em exposição o percurso da institucionalização em Portugal como meio de comparação e de entendimento da sua evolução ao longo do tempo. Seguidamente, referenciaremos a realidade atual do acolhimento em Portugal. Por último, iremos explorar resumidamente alguns dos conceitos e temas fundamentais ao estudo da população referida. Logo passaremos à descrição e interpretação da investigação realizada.

II – Enquadramento conceptual

1. *Acolhimento Residencial*

a. **História e Legislação do Acolhimento em Portugal**

Para começar a entender a realidade do acolhimento de menores, é necessário compreender que este sistema é fruto de séculos de evolução de paradigmas sociais e que reflete fortemente a importância e significação que se dá às crianças e à sua relevância na sociedade.

Durante vários séculos, as crianças foram ignoradas enquanto seres humanos de direitos e necessidades (Reis, 2009). As taxas de abandono e, nomeadamente, de infanticídio eram elevadas, constituindo-se como práticas comuns (Guimarães, 1994). Por volta dos finais do séc. XVII, o paradigma social que envolvia os menores, conduzido pelos discursos filosóficos e económicos da época, começou a alterar-se, estando ainda assim longe da realidade atual (Reis, 2009).

Por essa altura, as leis relacionadas com as crianças desenhavam-se ao redor das convenções sociais e das heranças familiares, ao invés da preocupação com os mais jovens (Guimarães, 2009). Assim, as leis não eram favoráveis àqueles que eram abandonados pelos progenitores, que ficavam órfãos ou que eram filhos bastardos. Adicionalmente, não existia lei que previsse a adoção, apenas a legitimação de bastardos, em alguns casos (Guimarães, 2009). Por outras palavras, não era difícil uma criança ficar entregue a si mesma, sem medidas que abonassem a seu favor e sem supervisão e proteção de adultos.

Em Portugal, as primeiras leis de proteção destes jovens desfavorecidos contemplavam que os mesmos fossem acolhidos em hospitais ou albergarias (Guimarães, 1994). Eventualmente, foi implantado um método que favoreceu o abandono em detrimento do infanticídio. As Rodas. A instalação das Rodas veio permitir o abandono anónimo dos menores, o que resultou na isenção de penalties sobre os progenitores.

No final do séc. XVIII, Pina Manique, Intendente-Geral da policia portuguesa e fundador da Casa Pia, promulgou que todos os centros administrativos urbanos, incluindo as colónias, tivessem instituições de

assistência e acolhimento para crianças (Guimarães, 1994). Esta medida surgiu, em parte, da valorização do cidadão individual na sociedade e da subpopulação do país, permitindo assim formar mais jovens que fossem prestáveis à sociedade.

Portugal procurava um sistema homogéneo de atuação (Guimarães, 1994). O acolhimento cessava aos 7 anos, idade na qual a criança era entregue à responsabilidade do Juízo dos Órfãos, que se encarregava de a integrar no mercado de trabalho ou de a entregar a uma família. Apoio este que terminava aos 20 anos (Guimarães, 1994). Apesar das medidas tomadas e do acréscimo da preocupação com os mais novos, as condições em que as crianças eram tratadas revelavam-se ainda inumanas. Eram comuns as mortes durante viagens entre cidades devido aos métodos e condições de transportação.

Com o passar do tempo, o adulto começou a dar mais relevância ao mundo da criança e a aproximar-se mais desta em termos de interesse, cuidado e proteção (Reis, 2009). No séc. XIX, a criança já era um membro valorizado na família, quando a tinha. Os meios de educação, no entanto, pendiam entre o mimo excessivo ou o mau trato excessivo.

Finalmente, chegados ao séc. XX, leigos e estudiosos voltaram-se ao debate sobre a proteção da criança, a sua educação e formação, ao seu desenvolvimento e, nomeadamente, aos seus direitos (Reis, 2009). Com as alterações paradigmáticas sobre a criança e a infância e os estudos sobre o desenvolvimento humano, nasceram leis, intervenções e toda uma nova visão. Com a instauração da República em Portugal, foi promulgada em 1911 a primeira Lei de Proteção da Infância; em 1959, focalizando a infância após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas promulgaram a Declaração Universal dos Direitos das Crianças; por fim, ratificada por Portugal em 1990, após a sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, surge “A Convenção sobre os Direitos da Criança” (Ferreira, 2016).

Este último documento foi responsável por uma grande alteração das medidas de intervenção em Portugal. Foram criadas as Comissões de Proteção de Menores, mais tarde modificadas para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) aquando da implementação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º147/99 de 1 de Setembro),

correspondendo ao dever de atuação estabelecido na Convenção dos Direitos da Criança. Este profere que caso a criança esteja a ser privada dos seus direitos e/ou necessidades, o estado deve agir em sua defesa e proteção, promovendo a não retirada da criança aos pais, a menos que estritamente necessário por questões de força maior.

O sistema de acolhimento passou a ser rigorosamente legislado e controlado, funcionando como alternativa final à proteção da criança, dificultando o simples abandono, que até há pouco tempo era prática recorrente.

A LPCJP é a lei que vigora em Portugal em defesa do bem-estar das crianças, visando a satisfação das suas necessidades e a intervenção nos casos em que a vida e dignidade da criança ou jovem são postas em perigo. Tal acontece quando estão em causa a sua “segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento” por motivos de maus tratos ou abuso sexual; negligência das obrigações parentais; exposição a comportamentos que possam afetar o bem-estar psicológico ou emocional da criança; exploração laboral ou atividades forçadas/excessivas; ou quando a própria criança assume comportamentos prejudiciais que nenhum outro responsável consiga remediar (art.º 3).

A intervenção tem como premissa principal o superior interesse da criança, primariamente dirigido à permanência na família através da responsabilização parental e da menor intervenção possível (art.º 4). A intervenção da CPCJ junto da família deve ser consentida pelos responsáveis pela criança e pela própria criança, caso esta tenha idade igual ou superior a 12 anos (art 9º e art.10º). Caso não tenha, a sua opinião deve ser igualmente tida em consideração. Caso a situação demonstre um perigo extremo à vida ou integridade da criança, sobrepondo-se a qualquer outra intervenção possível, ou a comprovação de crime dispense o consentimento da intervenção, ficam os tribunais responsáveis por entregar a criança à “confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção” (art. 35º). As medidas aplicadas pelos tribunais ficam sob a supervisão das Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica aos Tribunais do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (CASA, 2015).

A LPCJ foi alterada pela última vez a 23 de Maio de 2017,

alterações estas que entrarão em vigor com o Próximo Orçamento de Estado. Agora, os jovens acolhidos que continuarem a sua formação académica ou profissional poderão requisitar apoio até aos 25 anos, prolongando a antiga medida que se estendia até aos 21 por mais 3 anos.

A evolução notoriamente visível do sistema de acolhimento, no entanto, não é sinónimo de perfeição. A população acolhida é sinalizada como um grupo vulnerável, desde logo porque começam por ser crianças e jovens cujos direitos e necessidades foram violados. As instituições (ou Casas de Acolhimento) defrontam-se com um projeto delicado em mãos.

b. A atualidade do Acolhimento

Acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Art.49º, LPCJP

À data, o Relatório CASA de 2015 é o documento mais atual disponibilizado pela Segurança Social referente à situação do acolhimento em Portugal do respetivo ano. Segundo o Relatório (CASA, 2015), no ano de 2015, encontravam-se em situação de acolhimento 8 600 jovens, 2 202 dos quais iniciaram o acolhimento nesse mesmo ano e 6 398 que já se encontravam no sistema. Os números têm vindo a diminuir gradualmente, em sequência das medidas e das leis que têm sido adotadas nos últimos dez anos.

Apesar do decréscimo de crianças e jovens no acolhimento e da suposta primazia das medidas em meio natural de vida, em 2015, o acolhimento em instituição abrangeu uma parcela de 85,1% da população em perigo. Quase metade dos jovens institucionalizados em 2015 tinham visto aplicada uma medida em meio natural de vida e 36% já tinham estado acolhidos noutra local.

As tentativas frustradas de intervenção na família levam a que a criança ou jovem seja retirado tarde de um meio tóxico. Mais de 50% dos

jovens vão para uma instituição com mais de 12 anos, 35,4% dos quais possuem entre 15 a 17 anos. O aumento do número de adolescentes institucionalizados apela à necessidade de intervenções diferenciadas e eficazes que respondam aos desafios desta etapa desenvolvimental, com o ponto acrescido do contexto de vida traumático destes adolescentes (CASA, 2015).

A situação que ocupa o primeiro lugar de causas da retirada da criança ou jovem à família, em 60% dos casos, é a falta de supervisão e acompanhamento familiar. Seguem-se a exposição a modelos parentais desviantes (33,3%), negligência ao nível da educação (32,2%) e negligência ao nível da saúde (29,9%). É de particular relevância mencionar os padrões problemáticos que continuam a surgir na análise da população em acolhimento. 38% das crianças e jovens acolhidos revelaram alguma fragilidade relativa a problemas de comportamento, problemas físicos ou mentais diagnosticados, consumo esporádico de estupefacientes ou toxicod dependência. Quase metade desta porção refere-se aos problemas de comportamento, nos quais se destaca a faixa etária dos 15 aos 17 anos. Na situação educativa, o insucesso escolar atinge uma elevada percentagem de crianças e jovens acolhidos. A grande maioria segue por vias profissionalizantes e apenas 6,8% ingressaram no Ensino Superior.

A história passada do jovem juntamente com a sua situação presente, põem em causa os seus laços relacionais e de vinculação, com impacto nas “diversas etapas do seu desenvolvimento, na construção da sua identidade e personalidade, e no desenvolvimento do sentido de pertença” (CASA, 2015).

2. Desenvolvimento de Crianças e Jovens em Acolhimento

a. Vinculação e Maus Tratos

Crescer sem família ou numa família destruída possui implicações no desenvolvimento dos jovens. Devido à LPCJP, atualmente as crianças e jovens são entregues às instituições como último recurso à sua proteção. A retirada à família pressupõe a existência persistente de algum tipo de mau trato, o que por sua vez põe em causa os vínculos relacionais que funcionam na família como base de construção do *self* (Hawkins-

Rodgers, 2007). Apesar da lei, muitos dos jovens acabam por ficar por tempo indeterminado em acolhimento, usualmente até aos 18 ou 21 anos, sinal da impossibilidade de recuperar a estabilidade familiar (CASA, 2015). Entregar a criança ou jovem à instituição tem como finalidade afastá-los de um meio prejudicial e colocá-los num local com estabilidade e segurança que permita combater o trauma e reforçar os agentes positivos de resiliência e de saúde mental (Hawkins-Rodgers, 2007).

Apesar das medidas, os jovens institucionalizados continuam a ser referenciados como uma população vulnerável, com diversos fatores de risco associados (CASA, 2015). Muitos destes jovens passaram por experiências traumáticas, rupturas e perdas críticas (Hawkins-Rodgers, 2007) que os perseguem na idade adulta e assombram a sua qualidade de vida.

A família é um sistema primário de formação do indivíduo a nível comportamental, emocional e cognitivo (Hawkins-Rodgers, 2007), onde se adquirem as bases para funcionar consigo mesmo e em sociedade (Bolger & Patterson, 2003). A vinculação com as figuras significativas permite à criança desenvolver representações mentais que os capacitam de gerir o seu comportamento com o mundo (Pinhel, Torres & Maia, 2009). O sentimento de pertença ainda mais contribui na construção pessoal do jovem (Schofield, 2002). A qualidade destes vínculos possui um papel fundamental no desenvolvimento e na capacidade de adaptação do jovem ao meio (Hawkins-Rodgers, 2007).

Os padrões de comportamento dos pais ou de outros cuidadores primários refletem-se nas aprendizagens do menor. Uma criança a quem foi dada atenção aquando da sua expressão de angústia, que foi segurada ao colo durante mais tempo, em proximidade à sua figura de vinculação e que cresce com confiança na proteção desta, possui menor ansiedade face ao mundo (Ainsworth, 1979; Bowlby, 1988). A este tipo de vínculo, Ainsworth (1979) intitulou de Vinculação Segura. Este vínculo saudável oferece a segurança à criança de que tem um lugar protetor ao qual regressar e, assim, passo a passo, aventura-se com confiança a conhecer o mundo, desenvolve mecanismos de autorregulação e não teme que a figura de vinculação desapareça sem retornar. Por outras palavras, a criança que recebe os cuidados que necessita torna-se um agente social que compreende que a sua voz pode alterar o seu meio, que vai ser ouvida e que vai ter uma resposta,

confia que tem direito a ser amada e desenvolve melhores mecanismos de comunicação e autorregulação (Yates, Egeland & Sroufe, 2003).

O caminho está livre para o desenvolvimento da noção de competência e de autonomia (Schofield, 2002).

No entanto, Ainsworth (1979) identificou mais 3 padrões, inseguros, cuja referência individual não é mais relevante ao presente trabalho que a simples menção à sua existência generalizada. As figuras de vinculação que são inconsistentes, que negam cuidados ou atenção aos bebês, que os maltratam, deixam a suspeita no menor de que não são viáveis na sua função protetora, catapultando o bebê para o polo negativo do espectro entre segurança e ansiedade. Estas figuras são menos sensíveis às necessidades da crianças e são mais propensas a demonstrar emoções negativas, como a raiva, do que afeto. Em resposta, a criança cria mecanismos de defesa baseados na ansiedade e na insegurança, crescem com baixa autoestima e baixa competência percebida (Schofield, 2002). Não é incomum estes jovens procurarem indiscriminadamente afeto de estranhos e, no entanto, junto a novas figuras colocadas nas suas vidas para os apoiarem, mostram grande desconfiança e descrença. Estes vínculos quebrados podem inclusive ser favoráveis ao aparecimento de comportamentos antissociais (Hawkins-Rodgers, 2007). Para enfrentar a adversidade, acabam por utilizar mecanismos primitivos de *coping* que se mostram muitas vezes inadequados (Kinniburgh, Blaustein & Spinazzola, 2005). Entre eles, a agressividade, a dissociação e o evitamento.

Não obstante, os vínculos são um fenómeno que envolve ativamente ambos os agentes envolvidos. Tanto o comportamento do cuidador como o da criança se reforçam mutuamente, dando origem ao padrão de vinculação (Hawkins-Rodgers, 2007).

Os jovens acolhidos possuem usualmente padrões de vinculação inseguros. Em particular, vítimas de maus tratos ou pessoas com estados mentais muito frágeis (Hawkins-Rodgers, 2007) tendem a desenvolver um vínculo muito fraco e de afastamento com o seu cuidador primário. As vivências negativas que o jovem necessita internalizar podem gerar vulnerabilidades no seu desenvolvimento. Os maus tratos, em particular, possuem grave influência sobre a criança ou jovem que cresceu num seio onde se perpetuaram relações disfuncionais.

Como sabemos através do Relatório CASA (2015), grande parte dos jovens são acolhidos após os 12 anos de idade, tendo já passado vários anos num ambiente destruturado e tendo também já ultrapassado etapas de desenvolvimento importantes, que foram moldadas pelo seu ambiente envolvente. Esta realidade deu lugar a um novo fenómeno de problemáticas intensificadas pela permanência na família (Sousa, 2015).

Segundo Belsky (1993), os maus tratos são um fenómeno complexo com uma diversidade imensa de fatores correlacionados que devem ser abordados de uma perspetiva ecológica. Bowlby (1988) confrontou-se com uma estrita oposição às suas investigações sobre a violência parental, pois, na altura, era atribuída psicopatologia ao doente sem considerar fatores externos. Décadas depois, é ainda difícil estabelecer a tipologia e os limites dos maus tratos, uma vez que a sociedade é ainda apoiante da punição física como um tratamento aceitável e eficaz (Renschmidt, 2011). O contexto socioeconómico e cultural, a personalidade do abusador, a personalidade da vítima, modelos parentais, entre muitos outros, são fatores que se correlacionam contextualmente para formar um ambiente tóxico e mal adaptativo (Belsky, 1993). Foram feitas inúmeras tentativas para categorizar os maus tratos, existindo uma referência repetitiva da violência física e psicológica, do abuso sexual, da negligência (ao nível emocional, educacional e de saúde) e da exposição à violência doméstica (Cellini, 2004; Pereira & Santos, 2011; Renschmidt, 2011).

Durante a vida adulta, os jovens continuam a ter que integrar mentalmente as suas experiências de abandono, de separação ou de mudanças drásticas (Schofield, 2022). A título de exemplo, existe um risco acrescido de menor controlo da violência, de desenvolvimento de psicopatia (Cellini, 2004), de depressão, de perturbações da ansiedade (Bolger & Patterson, 2003), de perturbações somáticas e de consumo de substâncias ilícitas (Renschmidt, 2011).

Schofield (2002) adianta que é possível utilizar no acolhimento um modelo psicossocial integrado que possibilite responder às necessidades emocionais, cognitivas e comportamentais dos jovens. Estes necessitam de ser os recetores de certas emoções (positivas) para que eles próprios as saibam sentir e precisam de ser incentivados ao pensamento individual para não ficarem presos ao quotidiano metódico das suas vidas na instituição.

Os maus tratos são já por si parasitas no desenvolvimento saudável e destroem os padrões neurológicos que regulam toda a dimensão humana. Face ao perigo, são ativados mecanismos de sobrevivência em detrimento de funções cognitivas superiores (Kinniburgh, Blaustein & Spinazzola, 2005). Com a repetição, estes mecanismos começam a ser despoletados a qualquer indicio de perigo, mesmo que não seja real. A criança passa a viver num mundo de sobrevivência. O sistema nervoso é de tal forma abusado que cria barreiras adaptadas ao meio abusivo que não se desvanecem quando o perigo cessa. Assim, o jovem desenvolve padrões psicológicos, de pensamento e de comportamento, não adaptativos, que resultam, por vezes, na perpetuação geracional dos maus tratos.

A formação e a educação de jovens refletem-se nos cidadãos em que eles se tornam. A problemática que envolve os jovens acolhidos deve-se aos vários fatores que põem em risco o seu desenvolvimento saudável, afetando a sua vida adulta de forma preocupante. Este problema não cessa nas Casas de Acolhimento, onde são questionados os métodos para apetrechar os mais novos de ferramentas que lhes permitam enfrentar o mundo. No seu todo, estas ferramentas e as necessidades dos jovens acolhidos preveem alcançar um conceito chave: a autonomia .

b. Autonomia e Resiliência

Embora as instituições estejam a desenvolver pouco a pouco respostas mais idóneas às necessidades de jovens em crescimento, ainda são muitos os lapsos na educação emocional, prática e cívica. Uma das falhas mais notáveis é o treino da autonomia (Gaspar, 2014). No estudo de Sousa (2015), denota-se a escassez de funcionários em comparação ao número de utentes. Os jovens não são preparados para serem autónomos quando deixarem a Casa. A maioria revela conhecimentos básicos de várias áreas mas, na prática, podem demonstrar exatamente o oposto, como é o caso da gestão económica.

O interesse em encontrar fatores preditores da autonomia e o seu impacto no desenvolvimento humano deu já lugar a diversos estudos. A definição de autonomia varia de autor para autor, da mesma forma que os fatores e processos relacionados são causa de extensas discussões e

investigações no mundo académico O maior consenso encontra-se na menção regular de autonomia comportamental e de autonomia emocional (Barbosa & Wagner, 2013). Na prática, a necessidade de autonomia reflete-se na capacidade de transição para a vida adulta onde entram novas dimensões sociais, como a inserção profissional e a constituição de família (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005).

O contexto de vida de um jovem é muito importante no desenvolvimento de autonomia. A família, em particular, relaciona-se positivamente com o fenómeno. Ambientes onde rege a punição e a falta de afeto são prejudiciais ao desenvolvimento funcional (Barbosa & Wagner, 2013). Numa perspetiva mais ampla, a própria sociedade fornece fatores que auxiliam ou dificultam o desenvolvimento. Atualmente, os jovens confrontam uma realidade onde atingir autonomia financeira é uma tarefa complicada. Se esta fase transitória constitui um problema em termos gerais, uma população específica, com fatores de risco acrescidos e vítima de algum preconceito e exclusão social, encontra-se ainda menos favorecida (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005).

Jovens mal tratados, com vinculações inseguras, tendem a sentir-se desamparados e sem poder sobre as suas próprias vidas. Em contraste, aqueles que possuíram figuras que os motivaram e lhes deram espaço para aprender e fazer escolhas, desenvolveram mais competências, melhoraram as relações sociais, a compreensão do outro, e tornaram-se mais autónomos, o que se reflete facilmente no mundo profissional e familiar (Schofield, 2002).

A preparação para a autonomia na instituição é uma tarefa sujeita a várias condicionantes. Por um lado, as características da própria instituição e, por outro, a contínua entrada de jovens que trazem mais conflitos consigo, dificultam a implementação de intervenções competentes. A entrada dos jovens já adolescentes é igualmente apontada como um fator controverso à intervenção, uma vez que são mais inflexíveis à aprendizagem e não respeitam as regras (Sousa, 2015).

A resiliência pode ser vista como um conjunto de processos dinâmicos que permitem a integração e organização bem sucedida do jovem à experiência. Esta adaptação ao meio permite-lhe estender o seu campo de ação para além da família, integrando-se em outros sistemas, como a escola, os pares e a comunidade (Yates, Egeland & Sroufe, 2003). A resiliência

permite o desenvolvimento de ferramentas de confrontação da realidade, internas ou externas, auxiliando o jovem a responder de forma adaptativa ao contexto, mesmo que adverso. Aqueles que cedo desenvolveram vinculações seguras estão mais propícios a construir melhores mecanismos de resiliência e a recuperar melhor de fases menos adaptativas (Yates, Egeland & Sroufe, 2003). Portanto, a relação de parentalidade na primeira infância é um aspeto fundamental no trabalho com populações de risco.

Não obstante, é possível criar recursos externos que sejam uma mais-valia para estes jovens, independentemente da sua capacidade de resiliência ou do seu histórico relacional (Hawkins-Rodgers, 2007). Neste caso, uma equipa treinada de funcionários e o apoio indicado da administração, um ambiente grupal consistente que propicie as experiências e afeto necessários ao desenvolvimento saudável, assim como recursos financeiros, são o melhor recurso que um jovem acolhido pode ter.

III - OBJETIVOS

Este estudo exploratório tem como objetivo efetuar uma Análise de Conteúdo das narrativas sobre as transições experienciadas por jovens adultos que viveram em instituições de acolhimento.

A vida em acolhimento e a história por detrás da mudança do ambiente familiar para a instituição, assim como o desenvolvimento de criança para adulto e cidadão, nestas condições, tem-se revelado, através de observação direta e de estudos científicos, um tema desenvolvimental preocupante. Assim, é relevante fazer um levantamento dos temas que surgem predominantemente nas narrativas pessoais destes jovens.

Através de uma entrevista semiestruturada, procurou-se fazer um levantamento inicial dos temas mais relevantes para os jovens, que envolvem três etapas distintas das suas vidas: a vida antes da instituição; a vida na instituição; a vida após a instituição. Estas transições marcam etapas de crise e de grandes alterações no percurso das crianças e dos jovens, por vezes marcando-os profundamente.

Pretende-se, portanto, averiguar que temas se revelam e se repetem nas narrativas destes jovens com vista a uma compreensão mais aprofundada

dos efeitos do acolhimento, com um foco intrapessoal. É ainda relevante procurar pistas que indiquem fatores de sucesso e de resiliência, ou a falta destes.

IV- METODOLOGIA

1. Descrição da Amostra

A escolha da amostra definiu-se pela disponibilidade dos jovens contactados, respeitando que constituíssem 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Foram entrevistados 6 jovens no total, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 27 anos. Todos eles são jovens com um passado de acolhimento no concelho de Coimbra. Este pequeno grupo não é uma amostra integralmente representativa da sua população, no entanto, permite um olhar individual e pormenorizado ao percurso de vida que cada um teve, denotando as particularidades e semelhanças entre eles.

Todos os jovens já saíram da Instituição, sendo que a saída mais recente precedeu a entrevista apenas por três semanas e a mais antiga completa já oito anos. Dos seis jovens, um revela comprometimentos cognitivos que se refletem na duração e qualidade descritiva da sua entrevista. Todos eles se encontram encaminhados em situações de emprego ou de estudos.

Tabela 1. Dados sobre os jovens entrevistados

Entrevistas	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Sexo	F	F	F	M	M	M
Idade (anos)	27	26	22	24	22	18
Idade com que foi acolhido(a) (anos)	6	9	9	9	2	7
Idade com que saiu da instituição (anos)	22	21	22	16	21	18
Duração do acolhimento (anos)	16	12	13	7	19	11
Tempo decorrido após a saída	5a	2a	3s	8a	1a	7m
a - anos						

s - semanas

m – meses

2. Guião de Entrevista Semiestruturada

Foi criada uma entrevista semiestruturada dirigida aos objetivos da investigação. A entrevista inicia-se com uma pergunta aberta sobre o percurso de vida do participante. Seguidamente, as perguntas tornam-se mais conduzidas e dividem-se essencialmente em três partes: antes, durante e após a instituição, com especial ênfase nas transições entre estas fases. Em cada parte, apela-se à referência dos diferentes meios de vivência e suporte do sujeito na família, na instituição, na escola e no tempo livre.

Na tentativa de diminuir a interferência da entrevistadora na narrativa, as perguntas mantiveram-se o mais abertas possível à interpretação e resposta pessoal do sujeito. Assim, espera-se que os temas retirados sejam íntimos à sua experiência e construção subjetiva de significado. As perguntas foram conduzidas para certos temas quando o sujeito demonstrava não saber o que mais relatar.

3. Procedimentos de Investigação

As entrevistas foram desenvolvidas em salas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, nomeadamente na sala 2.15 do Edifício II. Nem sempre foi possível a total exclusividade dos espaços, resolvendo-se isto com a manipulação das posições dos participantes na entrevista de modo a proporcionar a máxima privacidade possível. Não é, no entanto, totalmente impossível que o meio tenha tido influência na postura e na comunicação verbal dos sujeitos. Os diálogos foram gravados após o consentimento dos sujeitos e a garantia de que o áudio seria apenas utilizado na recolha de dados para a investigação.

V - RESULTADOS

“Os entrevistados fornecem sempre, mais ou menos conscientemente, nas entrevistas solicitadas (...) os elementos de um relato

peçoal que elaboraram ao longo de múltiplas ocasiões anteriores de apresentação verbal” (Lahire, 2004).

Os resultados encontram-se divididos em duas secções criadas para permitir a exposição das referências comuns e peculiares dos entrevistados, sem negligenciar as palavras e narrativas individuais que vão por isso ser expostas em histórias de vida

1. *Histórias de Vida*

E1 – Viver numa instituição por opção, crescer perto da família e expressar os infortúnios dos outros

E1 é uma jovem de 27 anos com um discurso muito corrido e detalhado. A sua postura fácil e diretiva mostra indícios de já ter estado anteriormente na posição de narrar a sua história e, conseqüentemente, expor tópicos selecionados. Embora a sua pertinência seja relevante, esta entrevista mostra também um olhar um tanto exterior e formatado, sendo parte das referências sobre outros casos e não discursos autobiográficos. Isto sucede-se pois a jovem vê-se como um caso diferente, tendo tido outras oportunidades e aprendizagens junto da família.

Nascida na Rússia, viajou aos 2 anos para a Guiné, a terra dos seus ascendentes. Aos 4 anos, devido à mãe trabalhar na Guiné mas ter começado a estudar em Portugal, mudou-se para Coimbra, onde ficou a viver com os tios, enquanto a irmã foi para um colégio militar, seguindo as pisadas do pai, militar na Guiné. Por a mãe achar que não era o mais benéfico estar em casa dos tios, entregou a jovem a uma instituição em Coimbra, à semelhança de outras pessoas que conhecia. A jovem tinha 6 anos. Quando terminasse o 1º ciclo deveria ir para o colégio militar, tal como a irmã. No entanto, no ano dessa transição, a mãe faleceu e a jovem quis continuar na instituição, da qual saiu as 22 anos.

A entrada foi impactante, essencialmente por ter que dormir sozinha, algo a que não estava habituada. Na primeira semana, a mãe considerou tirá-la de lá, pois não conseguia dormir e não estava a fazer as coisas na escola. Encontrou ainda algumas dificuldades com as línguas, mas foi-se adaptando ao português, e ao crioulo quando “*entraram mais africanos*”. Durante o tempo acolhida, a jovem passava

sempre as férias e os fins-de-semana com os tios. Referiu várias vezes que ter crescido com esse contacto familiar, assim como alguns outros colegas, lhes permitiu aprender numerosas coisas, como cozinhar e passar a ferro, que na instituição não teriam aprendido. A mãe visitava-a sempre que podia e ligava regularmente, daí nunca ter havido “*aquele sentimento de abandono*”.

É feita uma crítica elaborada sobre as aprendizagens dispensadas pela instituição, ou a falta delas. Os serviços são de tal forma metódicos que “há quem nos lave a roupa, há quem nos dobre a roupa, há quem nos leve a roupa ao quarto, há quem vá buscar a roupa, há quem faça a cama”, deixando as simples tarefas do quotidiano e sentido de responsabilidade fora do alcance dos utentes. A jovem descreve um dia comum como: “*era levantar, alguém tinha lá a toalha para tomar banho, íamos tomar banho, trazíamos, toalha no chão, alguém apanhava, punha a toalha para lavar; íamos tomar o pequeno-almoço, o pequeno-almoço estava feito, tomávamos o pequeno-almoço, saíamos. Alguém lavava a loiça. Almoço na escola. Voltávamos ao lanche, estava feito o lanche, ou seja, era tomar o leite, alguém lavava, íamos para cima. Trabalhos de casa. Tudo feito e tal, então jantar, estava feito o jantar, prato na mesa, era só juntar os 4 pratos, levantar e sair da mesa. E ver televisão ou isto ou aquilo. Ao fim da noite havia um snack, era um comer que estava feito e ir embora. Ou seja, o que é que tu fizeste do dia? Foste à escola e vieste, que fizeste? Mais nada*”.

A jovem chega a comentar que gozavam com um colega por dizer que quando saísse da instituição ganhava 300€ e fazia a sua vida. Segundo a entrevistada, ela e alguns outros utentes, como estavam regularmente com a família, viam muito do mundo exterior, incluindo as tendências de moda. Mas o facto de comprarem roupas novas e as levarem para a instituição não era muito apreciado por outros jovens. “*A instituição é um mundo*”, diz em relação à diversidade de jovens que conheceu, “*pessoas diferentes, diferentes de nós*”, e que por isso não vê diferenças com preconceito.

Após a morte da mãe, o comportamento de E1 alterou-se bastante, “*foi mais um comportamento de revolta*”. Entre o 5º e 8º anos, as suas reacções eram violentas e confrontativas, adotando uma premissa

de que “a minha mãe nunca falou assim para mim, por isso também não falas”. Apesar disso, tinha muito boas notas e estudava sempre quando chegava a casa, pois “a minha mãe sempre foi muito boa aluna (...), eu tenho que seguir aquele modelo”. Na instituição não falavam do assunto, algo que na altura não compreendia. Teve que ir a um psicólogo contra a sua vontade, onde se recusou a colaborar, “não, eu não vou a lado nenhum, eu não preciso de nenhum psicólogo, eu sei o que é que eu tenho, eu sei o que é que eu sinto, por isso não necessito de uma psicóloga que me pergunte o que é que eu tenho ou o que é que eu sinto, eu sei bem o que é que eu tenho e o que é que eu sinto, eu consigo tratar-me”.

Aos 18 anos prolongou o seu direito à estadia, com “alguns entraves por parte de algumas pessoas”. Na altura da saída “há funcionários que sentem que é quando podem atacar” mas “perceberam que não valia a pena”. A jovem saiu então aos 22 para um t0 de uns amigos. Nas suas palavras, “saímos, o mundo cá fora é muito diferente e é duro em relação ao que vivemos lá dentro (...) e agora o que é que eu faço? Como é que vou conseguir pagar a renda, água, luz, gás (...) ter dinheiro para mim, para as minhas coisas”. Quando questionada sobre como é que conseguiu gerir esses contratemplos, respondeu prontamente “ah, mas eu é diferente. Eu tenho sempre uma base”, por ainda ter contacto e o apoio da família. Fora da instituição, continuou a estudar enquanto trabalhava. Deixou de trabalhar quando entrou para a faculdade.

Atualmente, está a fazer uma pausa nos estudos porque “não estava ali muito bem” e preferiu trabalhar para juntar algum dinheiro, pois gosta de viajar mas sem sobrecarregar a tia e a irmã.

E2 – Ser deixada pela mãe sem necessidade, enfrentar uma adolescência revoltada e estudar por paixão e autodeterminação

E2 tem 26 anos e está a estudar no ensino superior. A sua narrativa é muito descritiva e detalhada, com várias críticas refletivas sobre o acolhimento e o seu próprio percurso.

Entre os 3 e os 7 anos, a jovem e a sua irmã foram deixadas com os avós na Guiné. Os pais mandavam sempre dinheiro de Portugal.

Depois, foram viver para Lisboa com os pais, período este que ela designa como “*a pior parte da nossa vida*”. Tem a memória de ser o pai quem lhes dava mais atenção nessa altura, levava-as, por vezes, à escola e brincava com as filhas. Os pais acabaram por se separar e as duas crianças ficaram a viver com a mãe, até esta escrever a uma instituição para que acolhessem as filhas, uma vez que não tinha condições para as sustentar. Nessa altura, as duas meninas tinham 9 anos e estavam “*sempre sozinhas. Íamos à escola sozinhas, voltávamos sozinhas...*”.

A jovem menciona que ao saberem que iam para uma instituição, ela e a irmã ficaram “*muito felizes, muito, muito felizes*”. A transição de escola não foi difícil. No entanto, ao depararem-se com a realidade de estar na instituição, ficaram muito tristes, “*durante uns 3 meses (...) ficámos muito tristes, chorávamos muito, não queríamos comer e agarrávamo-nos sempre uma à outra*”. Acabaram por se adaptar. Na sua adolescência, E2 descreve-se como “*muito revoltada*”, “*mal-educada*”, “*resmungona*” e “*stressada*”. Na escola tinha boas notas e dá as graças a ter tido bons professores que a auxiliavam e motivavam, assim como aos grupos autónomos que constituíam dentro da instituição para estudarem em conjunto.

“*Adorei estar naquele lar*”, acrescenta no seguimento da entrevista, dando um foco essencial aos colegas e amigos que se apoiavam imenso, “*se uma estava triste porque tínhamos aqueles nossos dias da nostalgia (...) então ia lá sempre o outro grupo “vá, anda, sai da cama, vamos dançar, vamos fazer exercício físico”*”. Era uma jovem muito ativa, entrava em todas as atividades e diz estar muito contente por ter podido viajar e aprender outras coisas, pois na família não teria tido as mesmas oportunidades. Com os técnicos, assume que não sentia qualquer relação de proximidade, com duas exceções de pessoas que lhes mostraram preocupação e que os tratavam com respeito “*do mais mal educado ao mais bem educado*”. “*Brincava connosco ao mesmo tempo que nos chamava a atenção*”, diz em relação a um professor de quem todos gostavam e a quem davam ouvidos. “*Com as funcionárias, havia umas com quem me identificava, outras que não me identificava tanto*”. Por, vezes, quando se chateavam, diziam às crianças “*volta para a tua terra*”. A jovem diz que ir para a instituição “*foi o melhor que me*

aconteceu”, admitindo que com o passar dos anos começou a ver a sua história de forma diferente e que não acha que a mãe não tivesse condições para a criar e à irmã, “*não havia necessidade (...) eu gosto muito dela mas acho que convinha na altura*”. “*10% de mim pensa que era escusado, mas os 90%, se eu fui para o lar, foi porque deus assim quis, foi deus que foi muito meu amigo (...) porque senão...(…), eu vejo a minha família, vejo as minhas primas, eu seria completamente diferente*”. Apesar de estar agradecida por ter ido para a instituição, também menciona que hoje em dia é muito mais difícil essa entrada, que o tribunal é que decide e que ainda bem que não é tão fácil para uma criança ser separada da família.

A mãe mantinha contacto essencialmente por telefone, “*consigo contar o número de vezes que a minha mãe ia lá*”. Afastou-se um pouco do pai devido à separação com a mãe mas voltou a dar-se melhor com ele no último ano. Nas férias, a jovem e a irmã estavam com a família. E2 menciona que o natal é uma época triste e nostálgica e que uma vez, ela e a irmã, chegaram a pedir ao padre que pudessem passar o Natal na instituição, devido à sua família ser muçulmana e não o festejam.

Saiu da instituição ao 21 anos, já depois da irmã, “*lembro-me que as doutores ainda tentaram impingir-me para que saísse mais cedo*”, diziam-lhe que a segurança social lhes dava algum rendimento e que poderia estar com a irmã. Face a isto, a jovem responde que “*ainda bem que nunca me deixei levar (...) não me arrependo nada, acho que fiz uma boa escolha*”. Depois de um ano suplementar para acabar matemática, inscreveu-se no ensino superior, altura em que concorreu primariamente, e entrou, em Lisboa, com o intuito de estar junto da família. Foi viver com a mãe e a irmã. No entanto, “*quando fui para lá, parecia que estava em desespero total, parecia que estava doente, não me sentia na minha zona de conforto*”, refere em relação a voltar a viver com a mãe, o que só tinha acontecido durante 2 anos na sua infância, “*eu gosto da minha mãe mas não*”. A jovem decidiu então voltar para Coimbra, ingressando logo na 2ª fase.

Relativamente ao 1º ano fora da instituição, E2 refere que foi “*um choque*”, pois foi uma mudança muito grande desde viver com dezenas de amigos para de repente se encontrar sozinha. “*Para além que*

nós lá no lar não somos preparados para o mundo lá fora". *"Foi um ano em que me fui muito abaixo, ganhei muito peso, estava com a autoestima muito em baixo"* e deixou algumas cadeiras. O horário das aulas também contribuiu para que fosse difícil estar com os amigos. Contou com a ajuda de um professor da instituição para encontrar um apartamento e se ir governando, senão *"estava desamparada"*. No ano seguinte já estava mais motivada e adaptada.

Atualmente, está a fazer o mestrado e diz que *"estou dentro daquilo que eu desejo, estou a viver um sonho"*. Expressa grande paixão por áreas sociais e por ajudar os outros. Tem como um dos seus objetivos tirar outra licenciatura, por não se sentir realizada com a que tirou.

No seu mestrado, E2 também esteve envolvida com jovens acolhidos e chamou a atenção para os temas que deviam ser trabalhados junto destes, com o intuito de fortalecer o seu desenvolvimento pessoal e autoestima. Na instituição é comum pensar-se *"não vamos conseguir"*, *"porque não temos os nossos pais, não temos esse amor todo"* e por isso *"as crianças lá do lar eram assim muito revoltadas"*. É quase *"um mundo próprio"*. *"Pensávamos, ai quem me dera ter uma família. Eu agora não penso assim, porque não existem famílias perfeitas"*. A entrevistada apela à não vitimização, ou seja, entende que regerem-se pelas partes negativas, sobre as quais não tiveram controlo, não é benéfico. Deveria sim haver motivação para criar uma vida melhor, onde se tem poder de escolha e controlo sobre a própria história. Pessoalmente, responde *"tento não me prender muito ao meu passado, porque isso causa sempre sequelas em nós"*. E2 expressa vários sentimentos positivos, como a gratidão, em relação à sua história e à instituição. Admite já se ter sentido inferior às outras pessoas mas já ter ultrapassado tal sentimento.

E3 – De filha única a crescer com 40 “irmãos”, persistência e assertividade

Até aos 9 anos, a jovem viveu com o pai e a mãe, em permanente mobilidade devido ao trabalho inconstante dos pais. Ambos tinham filhos de outras relações que viviam ou tinham vivido em instituições. Quando a mãe faleceu, o pai deixou a jovem numa

instituição onde estava uma outra filha da mãe e emigrou. Relativo à família, diz que como só vivia ela com os pais e era a única filha de ambos, era para si essa a noção de família, os três, e era “*super acarinhada*”. Devido à morte da mãe, de repente, tudo se alterou, apesar de que “na altura, uma pessoa é criança, não sabe muito bem o que é aquilo”.

A jovem conta que a adaptação inicial foi um período complicado, “*de repente vejo-me num sítio, numa casa, com 40 e tal pessoas, sem contar com funcionários (...) foi assim uma coisa, um choque, um bocado (...) Eu lembro-me de ter ligado algumas vezes para o meu pai a chorar a dizer que queria que ele me fosse buscar*”. Relato bullying referente ao tratamento entre as crianças na instituição, “*os miúdos são um bocado maus às vezes, principalmente nessas idades, são um bocado cruéis*”. O tempo trouxe a habituação à nova vida, amizades com alguns jovens e funcionários e “*o lar acaba por ser a nossa família*”.

Não sentiu discriminação por parte de pessoas externas à instituição, acrescentando que por vezes os colegas “*mostravam um certo fascínio, saber como é que era...*”.

Relativamente à vida na instituição, revela terem havido vários momentos diferenciados pelas pessoas que lá trabalhavam. Durante um período, tiveram o auxílio de professores que os apoiavam a vários níveis, o que se alterou com a saída dos mesmos, tornando-se o auxílio aos jovens “*mais desleixado*”. A entrevistada refere que, nesse tempo, podia mostrar os seus testes da escola e receber *feedback* do seu desempenho, mas que depois da mudança obteve como resposta “*e agora, que queres que eu te faça?*”, resultando em “*nunca mais lá fui*” e começar a fazer os trabalhos sozinha. Quanto às atividades realizadas, a jovem sempre foi muito participativa.

Saiu recentemente da instituição, já com 22 anos, após assegurar as condições mínimas de vida. Aos 18 anos assinou o termo que lhe permitia ficar até aos 21. Conta que “*nesse tempo, aí a chegar aos 20, eles começam a pressionar para nós estarmos orientados aos 21*”. Depois de acabar o secundário, realizou ainda um CET (Curso de Especialização Tecnológica) e teve alguns part-times. Quando

finalmente obteve um emprego a tempo inteiro, teve que passar um mês em formação e Lisboa, para o qual terá pedido para ficar na instituição mais algumas semanas para poder orientar a sua vida. Ao regressar, quiseram que ela saísse, um mês antes do combinado, tendo como resposta que *“eles dizem o que quiserem e desdizem quando quiserem”*. A jovem conta sempre ter insistido que não saía, mesmo com a insistência para que arranjasse apoios como o RSI (Rendimento Social de Inserção), *“não me ajudaram a procurar trabalho, não me ajudaram a procurar casa”*, pois não tinha qualquer outro meio de suporte, ao contrário de alguns colegas que tinham a família. Após ter o primeiro salário e arranjado uma casa, deixou a instituição.

Em respeito aos planos que tinha para a saída afirma que *“só queria sair e não estar como outras pessoas que saíram e entretanto as coisas não correram tão bem”*. Não queria ainda ter apenas um quarto nem um t0, queria ter um *“espaço próprio, viver sozinha”*, pois já estava farta de dividir espaços. Adianta ainda que *“era esse o meu objetivo e não ia sair de lá enquanto não o tivesse atingido. Mesmo que eu não estivesse a trabalhar agora, eu ia continuar lá e eles não podiam simplesmente pôr na rua”*.

E4 – De analfabeto a cuidador

E4 tem 24 anos e um emprego estável como cuidador na mesma instituição que o acolheu.

O jovem foi retirado ao pai juntamente com duas irmãs mais velhas e um irmão mais novo, por negligência parental. No decorrer da conversa adianta que *“eu não via os meus irmãos como meus irmãos (...) não sabia que eram meus irmãos, sabia que eram a minha família (...) eu sei que eles viviam comigo e dormiam mas isso tinha mais primos que faziam o mesmo”*. Não tem recordação da mãe, apenas as irmãs se lembram, tempos esses a que acrescenta *“negligência dos últimos dois, que para trás houve muito mais coisas”*. Quando entrou na instituição, o jovem, com 9 anos, não sabia ler nem escrever e tinha chumbado no 2º

ano por faltas.

O pai prometeu várias vezes tirá-los da instituição, mas *“ele tinha muitos problemas com o álcool e com as drogas e tabaco, ele acabou por deixar essa parte. (...) Mas quando lhe foi pedido para ele sair do bairro para ir para outro sítio melhor, para nós podermos ir para o pé dele, aí é que foi mais difícil. Porque a família estava toda lá.”* Os 4 irmãos foram os primeiros numa nova instituição, *“tivemos a atenção toda para a gente, obviamente tivemos tudo, trataram-nos muito bem, foi uma entrada privilegiada”*. Quando começaram a entrar mais crianças, o jovem refere que algumas coisas pioraram, com especial referência a que *“os miúdos (...) fazem-nos a vida negra”*. No entanto, a instituição permitiu-lhe recuperar na sua educação e nas suas palavras: *“Terem-me retirado do meu pai foi bom porque se eu estivesse lá nesta altura, quer dizer, estava como os meus primos, tinha o 7º ano e já tinha 3 ou 4 filhos”*. O jovem refere ter sentido inseguranças face a pertencer a uma instituição, nomeadamente vergonha por andarem muitas crianças em grupo, pois achava que as pessoas pensariam *“olha, lá vai eles, da instituição”*. Diz que *“as pessoas olham-nos assim um bocadinho de lado. Mas isso é normal”*. Refere também que *“não é que se notasse”*, admitindo que, em parte, o preconceito vinha da sua própria consciência e insegurança pela sua posição.

Foram disponibilizados alguns apoios psicológicos, mas da fratria apenas o mais novo teve psicoterapia. Na instituição, há cerca de dois anos que não existe um psicólogo e, segundo o jovem, há jovens que necessitam. Pessoalmente, refere ter aprendido a *“desvalorizar esses sentimentos”*, dizendo-se capaz de não ser afetado com o que ficou para atrás, ao contrário das irmãs, que ficaram mais lesadas pelo seu passado.

E5 – Uma vida simples de concordâncias e conformações

E5 tem 22 anos. Foi retirado à mãe “*por não ter condições*” com apenas 2 anos e meio, razão pela qual não se recorda desse momento. No seu curto discurso, diz que vivia com a sua família, mãe e pai, mas que o pai o abandonou quando era pequeno e “*quem me criou desde pequeno foi o meu padrasto. E é a ele que devo chamar pai*”. Estes acontecimentos parecem ter acontecido após o jovem ir para a instituição mas a família manteve sempre contacto, principalmente a mãe, que o visitava mais vezes.

Houve uma mudança de instituição por volta dos 11 anos, mantendo-se no concelho de Coimbra. Quando foi questionado sobre crescer na instituição, respondeu: “*foi diferente. Sabia que tinha li, que estava ali seguro, e que de um momento para o outro não me faltava nada*”. Quanto à família, quis poder viver com a mãe, só que “*sabia que não era possível*”. Sempre se deu bem com toda a gente, colegas e auxiliares, dentro e fora da instituição. Começou a trabalhar por volta dos 19 ou 20 anos, logo a seguir a ter acabado o curso profissional que frequentou. Aos 21 saiu da instituição. Continua a ter contacto com a família mas “*com amigos não tanto*”. Em relação ao futuro, “*eu queria era trabalhar*”, responde sem mostrar qualquer objetivo mais concreto ou planeado.

A suas respostas pouco desenvolvidas, algumas vezes somente concordâncias monossilábicas, refletem alguns problemas cognitivos do jovem e não relutância em falar. O seu discurso não explorava os temas expostos nem demonstrava muita reflexão sobre o seu percurso pessoal. O conformismo e desejabilidade social podem ter afetado as suas respostas, maioritariamente concordantes.

E6 – Um futebolista determinado, orgulhoso e independente

E6 é um jovem de 18 anos que saiu da instituição há poucos meses. Está a terminar o 12º ano e diz ter ambição de ingressar no ensino superior, apesar da sua grande paixão ser o futebol, o qual pratica há vários anos.

Antes de ir para a instituição, o jovem vivia com a mãe e com o pai. Este último maltratava a mãe, a qual acabou por fugir com o filho

para casa da avó do jovem, em Coimbra, onde estava já a sua filha mais velha. O jovem deixou de ter completo contacto com o pai e diz “*não sei se está vivo, se está morto...mas também sinceramente não me interessa, porque lá está, fui habituado a não ter pai, por isso não me afeta minimamente*”. Apenas meio ano após se ter movido para Coimbra, o jovem e a irmã foram retirados. As razões que ele oferece são “*porque a minha mãe tinha ficado sem... tinha ficado desempregada. E então a situação não estava assim muito agradável e, pronto, fomos retirados*”, embora mais adiante na entrevista revele também que “*pelo que a minha avó me disse (...) a minha mãe entrou em desespero e começou a vender droga. Acho que foi isso, os problemas, e o tribunal entendeu que eu e a minha irmã não tínhamos estabilidade familiar*”. Com o tempo, o jovem afastou-se da mãe, com a qual, emigrada, mantém pouco contacto. É bastante próximo da irmã e da avó.

Em comparação à vida antes da instituição, que o jovem refere não se lembrar, “*eu basicamente fui criado na instituição, pronto, basicamente nunca tive, nunca vivi com uma família, vivi só quando era pequeno mas não me lembro*”, o dia em que foi retirado à família é contado com algum pormenor: “*eu lembro-me que estava a fazer o magusto, estava eu no 2º ano, (...) foram-me lá buscar, um carro da polícia, isso lembro-me perfeitamente. Estava com a minha irmã a fazer o magusto lá com as crianças todas, lembro-me perfeitamente, isso nunca esqueço, foi lá um carro da polícia e fiquei bastante assustado e comecei a chorar. Lá está, era pequeno e não entendia certas coisas e vi um carro da polícia a ir-me buscar e pensava “o que é que eu fiz?”. Depois fui nesse dia para o centro de acolhimento e nessa mesma noite foi lá a minha mãe e a minha a avó e isso lembro-me muito bem, porque, lá está, foi o primeiro dia*”.

Quando entrou na instituição, não lhe foi esclarecida a razão. Estas etapas precoces de vida foram sendo esclarecidas na mente do jovem ao longo dos anos, principalmente por intermédio

da avó.

Sobre a estadia na instituição tem a dizer que teve “*momentos altos e baixos*”, “*momentos muito bons mas também momentos muito maus*”. Algumas das razões apontadas são referentes à família, por ter saudades e, em particular, à mãe, por se sentir revoltado com ela: “*sempre foi uma vida cheia de promessas que nunca cumpriu a dizer que “é este ano que te vou tirar daí” e isso nunca aconteceu*”.

Quanto à estadia em si, a realidade da instituição é preenchida de antónimos: “*na minha opinião, havia ali certas pessoas que estavam ali para nos educar e auxiliar de todas as maneiras que conseguirem, mas, na minha opinião, estavam lá pessoas só para chegar o fim do seu horário de trabalho e irem embora e só estavam ali apenas para ganhar dinheiro. Pronto, havia lá pessoas boas e, na minha opinião havia lá pessoas más*”. Este testemunho é ainda acompanhado de um admitido cansaço pelas normas e regras da instituição, “*é óbvio que numa casa familiar existe sempre regras mas eu e muitos utentes que estávamos lá não concordávamos com certas coisas*”.

No que diz respeito à vida para além da instituição, o jovem sempre foi muito dedicado ao futebol, “*considero que foi a minha grande força e a minha grande motivação, que sempre fui um grande apaixonado pelo futebol e continuo a ser (...) arrisco-me a dizer que até é a coisa a que me dedico mais*”. Estava a terminar o 12º ano na altura da entrevista, “*perdi apenas um ano mas não acho que isso seja assim tão grave, na escola*”. Sempre teve muitos amigos fora da instituição, muito graças ao futebol. Ver os pais irem buscar os colegas também contribuiu para alguma da sua revolta e perguntava-se porque tinha tido tão “*pouca sorte*” em relação aos outros.

Sobre a questão da autonomia tem a relatar que “*no meu caso, eu acho que nunca tentaram preparar-me para a vida cá de fora, não acho que tenham se esforçado nesse sentido. Só nos últimos tempos é que, pronto, às vezes diziam só da boca para fora “ah tens que fazer isto, tens que fazer aquilo. Porque um dia mais tarde vais...”*”. Era só mais à base de falar, eu não via esforços (...) não fui bem orientado e bem preparado, não sentia apoio, nos últimos tempos não sentia apoio, nos últimos anos, 2/3 anos”. Vê-se como uma pessoa que sempre foi

autónoma e que tem “*força de vontade*” para preparar o seu futuro. É orgulhoso e não gosta muito de pedir ajuda, prefere “*ir conseguindo as coisas*”.

Revê-se como “*um dos poucos utentes que sempre teve uma postura minimamente adequada*”, que sempre estudou, sempre teve bons resultados desportivos e foi sempre participativo nas atividades. Razões que se acumularam para a sua desilusão com a forma como foi tratado nos últimos tempos dentro da instituição.

Em conformidade com o já antes relatado, “*nos últimos tempos que lá tive, nos últimos anos, não gostei, de todo, não gostei da instituição, das normas da instituição, das pessoas que geriam a instituição*”. Em relação à sua saída apenas aos 18 anos, ainda a terminar o Ensino Secundário, “*eu decidi mas também decidiram que eu saísse, foi assim um bocadinho por mútuo acordo. A instituição basicamente estava ali a arranjar maneira que eu saísse dali, pronto*” e “*eu saí dali um bocadinho às avessas com as pessoas dali. Às avessas com as pessoas que geriam a instituição e que gerem*”. Diz ter tido pouco tempo mas ter conseguido orientar a sua vida.

A referência final promove uma figura de destaque na vida do jovem, um antigo treinador, que é “*um irmão mais velho ou até mesmo um pai*”, e que o apoia a vários níveis, tendo inclusive arranjado um trabalho recentemente para o jovem ganhar algum dinheiro.

1. Temas

Entrada na Instituição

No que diz respeito às transição para o acolhimento, a maioria dos entrevistados narra poucos detalhes sobre o primeiro dia, preferindo dar uma descrição geral das razões porque foram acolhidos. Apenas um (E6) relata o episódio concreto de ter sido levado pela polícia para a instituição. Relativamente à saída, mantém o padrão e apontam principalmente a pressão para saírem e a falta de apoio para começar a nova vida.

Um dos jovens (E5) foi retirado demasiado novo para se lembrar de viver com a família ou de ter entrado na instituição. Outros dois (E4 e E6) foram também retirados à família e as três restantes, por casualidade as 3

Análise de conteúdo das histórias de vida de jovens ex-acolhidos: Um estudo exploratório

Ana Sofia Costa Henriques (e-mail: sofia-costahenriques@hotmail.com) 2017

raparigas (E1, E2 e E3), foram deixadas na instituição por um familiar. Ambas as retiradas mencionam o abandono de um dos pais e o envolvimento com drogas do outro. As referências à droga apenas foram mencionadas no desenrolar da entrevista e não quando relataram a sua ida para a instituição e devidas causas.

As palavras de um dos sujeitos entrevistado refletem a mudança do paradigma institucional nos últimos anos, pois *“a instituição não era assim como é agora. Nós vemos que há ali muitas pessoas que estão lá ou porque eram maltratados ou violadas... nós não. Estávamos lá porque os nossos pais estavam cá a estudar, só que iam para a Guiné. A minha mãe ia para a Guiné sempre”*.

Após a entrada, quase todos referem algum tipo de choque ou dificuldade na adaptação. Mencionam que as outras crianças são cruéis, que se veem a viver com muita gente, que têm saudades da família e que é difícil ajustarem-se às novas rotinas e condições. São exceção o jovem que foi institucionalizado com apenas 2 anos (E5) e o que foi retirado juntamente com os irmãos (E4), tendo sido os primeiros na instituição com várias regalias. Como já viviam com muitas pessoas da família, a instituição foi apenas uma melhoria de condições.

A vida na Instituição

A maioria dos jovens afirmou preferir ter ido para a instituição, ao invés de crescer na família. Estas resoluções seguem-se de comparações a outros membros da família *“eu tenho noção disso porque vejo a minha família, vejo as minhas primas, eu seria totalmente diferente”*, *“terem-me retirado do meu pai foi bom, porque se eu estivesse lá nesta altura, quer dizer, estava como os meus primos, tinha o sétimo ano e já tinha três ou quatro filhos e pronto, estava tudo feito”*. No entanto, esta conformação com os seus percursos não é sempre desprovida de uma maior complexidade emocional e resulta da passagem do tempo e maturação do indivíduo: *“sou daquelas que, foi o melhor que me aconteceu e, depois à medida que vou crescendo, já tenho 26 anos, já vou vendo a realidade de outra forma, antes, “Ah, porque é que foste para a instituição?”*, *“Porque a minha mãe não tinha condições para nos criar” e hoje em dia não acho que seja assim, não*

havia necessidade de eu e a minha irmã termos ido para a instituição.”; “Se calhar, se fosse há uns anos atrás, se me fizesses essa pergunta, eu dizia, que preferia estar com ele. Mas por um lado acho que foi muito bom eu ter vindo para aqui. Porque eu tenho noção que se eu não tivesse vindo, eu provavelmente não teria estudado até ao 12º ou mesmo o CET”.

Ao longo das entrevistas, os jovens tendem a mencionar sentimentos como a revolta, quer com a família quer com a sua situação, problemas na adolescência, de comportamento ou de frustração com a instituição, e as relações com pares e irmãos, que lhes foram de grande auxílio. As relações mais conflituosas na instituição parecem ser com os dirigentes e as regras, logo seguidas dos auxiliares. Nenhum dos sujeitos revê a instituição como tendo sido uma rede de apoio na construção da sua autonomia e na fixação da sua vida como indivíduos adultos e independentes. Retiraram melhores condições de vida e oportunidades do acolhimento mas ainda assim foram-lhes negados apoios imprescindíveis, tais como preparação/consciencialização para o “mundo exterior”, demonstração de interesse e preocupação, treino de competências práticas e respeito humano. A posição dos auxiliares perante os jovens também é mencionada com alguma negatividade. São tão reativos quanto os menores, expressam o seu descontentamento pelo seu trabalho e maltratam, pelo menos verbalmente, os utentes.

Saída da Instituição

4 dos jovens (E1, E2, E3 e E6) mencionam a pressão: *“Lembro-me que as doutoras ainda tentaram-me impingir para que saísse mais cedo”;* *“eu decidi mas também decidiram que eu saísse, foi assim um bocadinho por mútuo acordo. A instituição basicamente estava ali a arranjar maneira que eu saísse dali, pronto”;* *“eu quando cheguei aos 18, assinei um termo que nos permite ficar até aos 21. Nesse tempo, ali a chegar aos 20, é quando eles começam a pressionar para nós estarmos orientados aos 21. Só que eu não estava e não havia forma de sair e também nunca lhes dei esse prazer porque basicamente era isso que eles queriam e eu pronto, não saí”;* *“Houve ali alguns entraves da parte de algumas pessoas mas rapidamente foram percebendo que não valia a pena. Mas sim, ou seja, para algumas pessoas, e*

depois há funcionários que sentem que não estão, que é aquele momento em que podem atacar. Ou seja, é o momento da saída. Não puderam atacar nunca e no momento da saída é o momento em que podem derrotar”. Os relatos informam que existe uma tentativa de mentalizar os jovens para a saída, avisá-los de que necessitam procurar emprego, de que podem aceder ao Rendimento Social de Inserção, entre outros. Apesar disto, a preparação prática para a autonomia de vida foi revista como negligenciada por estes quatro jovens.

Família

A maioria menciona o abandono ou morte de pelo menos um dos pais. Apenas uma das jovens possui e mantém contacto com ambos os pais. Uma outra jovem, apesar da morte da mãe, sempre teve uma família com posses e nunca lhe faltou condições ou oportunidades para ter uma vida confortável. Os restantes tiveram que lidar com relacionamentos delicados. Atualmente, apenas uma das entrevistadas diz manter muito pouco contacto com a família, tendo inclusive deixado de comunicar com o pai. Os restantes mantêm a comunicação, mas as relações com os pais denotam-se mais atribuladas e conflituosas. Dois dos jovens vivem com um irmão, não tendo havido um retorno completo ao seio familiar de nenhum. Uma das jovens relata ter tentado fazê-lo ao ingressar no ensino superior, no entanto: *“O meu pai vive, apesar de separado da minha mãe, também vive em Lisboa. Ou seja, eu aqui em Coimbra estou sozinha. E pronto, lembro que “ai venho para Lisboa, a minha mãe disse ai vem aqui para Lisboa” mas não, não. Se nunca vivi com ela, além daqueles dois anos, não é agora, (...) quando fui para lá entrei em desespero total, parecia que estava doente, não me sentia na minha zona de conforto, não me sentia bem com estar lá em casa”.*

Formação Académica e Profissional

Todos os participantes completaram o 12º, à exceção de um jovem que estava na altura no último ano do secundário. Enquanto alguns dos jovens optaram por vias profissionalizantes, também houve quem tenha seguido o ensino regular. No entanto, quase todos narram terem tido alguma dificuldade escolar, como ter perdido um ano ou ter ficado com uma disciplina por fazer. Apesar das dificuldades, duas jovens (E1 e E2) reveem-

se como boas alunas, interessadas, e ambas ingressaram no ensino superior. Um jovem (E4), que aos 9 anos não sabia ler nem escrever, recuperou imenso com o apoio da instituição, terminou o 12º, continuou a estudar e aos 24 anos já tem um emprego fixo. Este entrevistado saiu da instituição aos 16 anos para viver com a irmã mas continuando a ter apoio financeiro para terminar os estudos. Dos restantes, apenas um dos jovens saiu aos 18 anos (E6) e os outros aos 21 ou aos 22 anos, tendo ultrapassado por meses o limite de saída. Apenas uma jovem não mencionou já ter estado, estar ou ir começar a trabalhar.

Dois dos entrevistados (E2 e E4) que demonstram maior assertividade, perspetivas positivas e resultados de sucesso, referem que tentam não dar importância ao seu passado nem deixar que isso os afete. Possuem objetivos que os motivam, ambos encontraram algum significado em trabalhar em áreas onde podem ajudar os outros, incluindo jovens institucionalizados.

VI - DISCUSSÃO

A primeira coisa a ter em mente ao fazer uma análise crítica dos resultados é que a maioria destes jovens mostram visivelmente sinais de sucesso. Este sucesso diz respeito à luta pela autonomia, ao esforço pessoal e à própria assertividade que alguns deles narraram. Estes jovens são a prova de que as condições não têm necessariamente que ditar as consequências. Não obstante, notam-se nos seus discursos temas pessoais que os afetam e que os vincaram. São referidos problemas de comportamentos e relações conflituosas com autoridades da instituição e da escola. As relações familiares foram também manchadas pelo passado, principalmente as ligações entre pais e filhos.

O abandono é uma situação cada vez mais rara desde que a LPCJP sistematizou o tratamento das situações de risco e perigo, cabendo ao tribunal tomar a maioria das decisões. Mas metade dos entrevistados faz ainda parte desse grupo, por diferentes razões. Tendo sido por abandono ou retirada à família, as histórias postas não se diferenciam muito no que diz respeito às relações familiares. Nenhum deixou de ter completo contacto

com a família, apesar de a maioria não contar com o seu apoio regularmente. Todos estes jovens entraram na instituição antes dos 10 anos, uma condição favorável à sua adaptação e desenvolvimento em acolhimento.

É também de notar que a mesma instituição pode formar jovens com diferentes competências de autonomia. Dita-se assim a necessidade de aprendizagens do quotidiano como um exercício regular na instituição, ao mesmo tempo que se deve prestar um tratamento diferenciado consoante as particularidades de cada jovem. Uma das entrevistadas chama a atenção para a autoestima como um problema focal. Dentro da instituição, os jovens sentem-se diferentes e afastados do resto do mundo. Chegam a sentir-se inferiores e injustiçados, o que resulta em mais um denominador comum: a revolta. Estas características surgem consecutivamente em estudos sobre a população acolhida (Mendes dos Santos, 2010).

Mesmo da perspetiva dos cuidadores, os jovens acolhidos são descritos como revoltados, traumatizados e vulneráveis, o que dificulta o trabalho com eles e os torna desconfiados em relação às figuras autoritárias e de apoio, ao mesmo tempo que se tornam influenciáveis e inseguros noutras relações (Santos, 2016). Nas narrativas dos entrevistados surgem ainda várias referências a condutas impróprias das pessoas que trabalham na instituição. Auxiliares que gritam com as crianças de formas insultuosas, incluindo expressões de racismo, falta de empatia para com as emoções e realizações dos jovens e desresponsabilização dos utentes pelas suas tarefas quotidianas. Apesar de alguns comportamentos serem compreensíveis num ambiente de stress e perante as próprias ameaças dos jovens, os cuidadores deviam ter as competências e sensibilidade para lidarem com essas situações, ao invés de responder de forma igualmente provocadora.

Mendes dos Santos (2010) refere igualmente que na altura da saída surgem complicações a nível psicológico, com muitos sentimentos negativos. A revolta continua presente e juntam-se tristeza, solidão e a falta de preparação para a saída. Estas características estão igualmente presentes nos sujeitos entrevistados. O afastamento dos amigos e colegas, a dificuldade de conciliar a vida académica/profissional com a social, passar de viver com dezenas de pares para ficar sozinho, são temas que continuam a surgir.

Os entrevistados que revelam maior sucesso, incluindo a nível

académico, mostram assertividade, desprendimento em relação ao passado e objetivos de vida. No entanto, alguns dos sujeitos não mostram qualquer planificação que os motive em relação ao futuro, nem mesmo gostos por passatempos que os envolvam física e mentalmente. Este padrão também se nota com regularidade na população acolhida (Santos, 2016).

Os serviços de psicologia mencionados pareceram seguir uma perspectiva clínica pouco eficaz. Uma das jovens foi forçada a atender à consulta, recusou-se a cooperar e ficou a detestar psicólogos e psiquiatras. Outro jovem menciona que apenas o irmão foi submetido a psicoterapia. É necessário trazer à discussão que o trabalho do psicólogo nestas situações poderia e deve ser muito diferente do de um psiquiatra e que a sua intervenção não deve ser num ambiente de consulta, como que realçando o aspeto patológico e problemático do acolhimento. Uma intervenção a longo prazo, grupal, focada no fortalecimento de competências, de autoestima e do pensamento refletivo sobre a história pessoal poderia oferecer a possibilidade a cada indivíduo de crescer a seu tempo mas com oportunidades favoráveis, de apoio e compreensão, num ambiente que não visse como adverso. Com efeito, existem já várias respostas para os jovens acolhidos, tais como os apartamentos de autonomização. Porém, ainda há muitos aspetos a serem desenvolvidos para prevenir a degradação do estilo de vida de adultos que cresceram em instituições de acolhimento e/ou em famílias destruídas.

VII - CONCLUSÕES

Antes de se constituírem grupos, existem indivíduos. No que diz respeito ao acolhimento residencial, a individualidade é posta em causa em detrimento de tratamentos grupais homogéneos. Mas as crianças e jovens continuam a ser indivíduos com necessidades e histórias dispare. A sua leitura e compreensão holística permite-nos presenciar a diversidade de mecanismos de *coping* utilizados num ambiente semelhante e como fatores do passado e do presente intervém nessa construção do sujeito. Em contraste, as intervenções com os menores são feitas, muitas vezes, individualmente, oferecendo-lhes um *spotlight* que os coloca na defensiva. A

intervenção grupal, onde possa haver discussão e compreensão entre vários sujeitos na mesma situação, para aceitarem que não estão sós nem são únicos nos seus infortúnios, é maioritariamente desaproveitada.

O tamanho da amostra não permite fazer inferências avultadas sobre a realidade do acolhimento em Portugal. Não obstante, a análise das histórias de vida individuais pode tornar-se um utensílio poderoso na construção de temas padronizados referentes aos desafios destes jovens e à compreensão dos diferentes mecanismos que regem o desenvolvimento dos mesmos. Utilizar estas narrativas como uma lupa permite-nos rever o sistema do ponto de vista de quem dele deve beneficiar e de quem por ele é mais prejudicado. A mudança de perspetiva é essencial à deteção de detalhes intrínsecos que podem escapar às ações melhor intencionadas.

A presente investigação teve como objetivo constituir-se como mais uma alavanca aos estudos sobre as histórias de vida de jovens acolhidos, não para simplesmente retirar conclusões sobre os efeitos do acolhimento, mas sim para abrir caminho a pesquisas mais aprofundadas sobre os fatores diversos que convergem numa panóplia de comportamentos, crenças e atitudes detetadas sucessivamente.

Na atualidade, mais importante que a investigação nesta área, é a ação. Existem instituições com um funcionamento exemplar em Portugal mas essa não é a norma. Os auxiliares e técnicos devem de responder a certos perfis para assumirem as responsabilidades de cuidadores. Prestar apoios a uma criança retirada à família não é apenas um trabalho vulgar, a incompetência mental e emocional dos cuidadores podem afetar ainda mais os jovens ao invés de suportarem o seu desenvolvimento saudável.

Consequentemente, os serviços de psicologia, que além de constarem como obrigatórios na constituição de uma Casa de Acolhimento, nem sempre se asseguram devidamente, deveriam reestruturar as suas funções. Uma psicologia positiva, focada no desenvolvimento pessoal e na aquisição de ferramentas seria mais benéfica que o “tratamento” e avaliação que assustam os jovens, que se veem a ser rotulados como doentes ou problemáticos. É necessário ter em conta que grande parte da comunidade vê a psicologia como a medicina dos “malucos”, uma área clínica de psicopatologia e diagnóstico. Os jovens poderão responder mal logo de início a esta abordagem.

Em conclusão, apesar dos inúmeros avanços da última década, ainda há muito a fazer em termos teóricos e práticos para responder às necessidades da população acolhida. Os próximos passos deveriam focar-se na formação dos cuidadores e na reestruturação da intervenção psicológica.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. D. (1979). Infant-Mother Attachment. *American Psychologist*, 34(10), 932-937.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (1989). A Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Barbosa, P. V. & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia*, 18(4), 639-648.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental – ecological analysis. *Psychological Bulletin*, vol. 114 (3). pp. 413-434.
- Birdin, A. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: EDIÇÕES 70.
- Bolger, K. E. & Patterson, J. C. (2003). Sequelae of child maltreatment: Vulnerability an resilience. . In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 243-266). New York:Cambridge University Press.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: parent-child attachment and healthy human development*. Disponível em: [http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/John Bowlby-A-Secure-Base-Parent-Child-Attachment-and-Healthy-Human-Development-1990.pdf](http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/John%20Bowlby-A-Secure-Base-Parent-Child-Attachment-and-Healthy-Human-Development-1990.pdf).
- CASA 2015: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- Cellini, H. R. (2004). Child abuse, neglect, and delinquency: The neurological link. *Juvenile and Family Court Journal*, 55(4), 1-14. Doi: 10.1111/j.1755-6988.2004.tb00169.x.
- Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Ferreira, M. (2016). *O caminho percorrido no sistema de proteção – do mau trato infantil ao sistema de proteção* (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/32904>.
- Gaspar, J. P. (2015). *Os desafios da autonomização – estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. Ed. 1, ISBN: 978-989-20-5257-1. Porto: Euedito.

- Hawkins-Rodgers, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: A residential care model of re-organizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, 1131-1141.
- Kinniburgh, K. J., Blaustein, M., Spinazzola, J. & van der Kolk, B. (2005). Attachment, self-regulation & competency: A comprehensive intervention framework for children with complex trauma. *Psychiatric Annals*, 35: 424-430.
- Lahire, B. (2004). *Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais*. Retrieved from: https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2015/09/lahire-bernard-retratos-sociolc3b3gicos_disposic3a7c3b5es-e-variac3a7c3b5es-individuais.pdf.
- Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, Lei De Protecção De Crianças E Jovens Em Perigo. Retrieved from http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis.
- Mendes dos Santos, M. A. (2010). *O acolhimento institucional prolongado dos jovens em risco – a experiência passada da institucionalização e o seu significado atual para os jovens adultos* (dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/15593>.
- Pereira, P. M., & Santos, S. V. (2011). Conceptualização de situações de mau trato: da lei de proteção à avaliação psicossocial. In M. M. Calheiros, M. V. Garrido, & S. V. Santos, *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (pp. 15-31). Lisboa: Sílabo.
- Renschmidt, H. (2011). The emotional and neurological consequences of abuse. *Deutsches Ärzteblatt International*, 108(17), 285-286. Doi: 10.3238/arztebl.2011.0285.
- Santos, A. (2016). *Pelas lentes de quem cuida: O Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo na perspetiva dos profissionais das equipas educativas*. (dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/32931>.
- Scholfield, G. (2002). The significance of a secure base: a psychological model of long-term foster care. *Child and Family Social Work*, 7, 259-272.
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude* (dissertação de mestrado). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/31190>.

- Yates, T. M., Egeland, B. & Sroufe, A. (2003). Rethinking resilience: A developmental process perspective. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 243-266). New York: Cambridge University Press.
- Yin, R. K. (2011). *Qualitative research from start to finish*. New York: The Guilford Press.

IX – ANEXOS**Anexo I****Guião de Entrevista Semiestruturada****I. Conta-me o teu percurso de vida até ao momento.****II. Antes da Institucionalização**

- a) Com quem vivias?
- b) Frequentavas a escola?
- c) O que fazias nos tempos livres?

III. Durante Institucionalização

- a) Porque foste retirado(a)?
- b) Que idade tinhas?
- c) Como foi a tua relação com colegas, amigos e auxiliares?
- d) Mudaste de escola? Tinhas amigos na escola? Os professores davam-te apoio?
- e) O que fazias nos tempos livres?
- f) Como é que te sentiste face à tua situação?

IV. Depois Institucionalização

- a) Com que idade saíste da instituição?
- b) Tiveste apoio na preparação da saída?
- c) Continuaste a estudar?
- d) Trabalhas?

Anexo II
Declaração de Consentimento Informado

O presente estudo pretende recolher histórias de vida dos jovens que viveram institucionalizados com o objetivo de compreender melhor as suas vivências e desafios.

O processo de recolha de dados é composto por uma entrevista, com gravação áudio, administrada pela investigadora.

A informação recolhida é confidencial e apenas será utilizada para os fins desta investigação.

A participação é voluntária e como tal o entrevistado pode desistir a qualquer momento.

Caso concorde participar é importante que seja honesto(a) e o mais explícito que consiga.

Quaisquer dúvidas poderão ser tiradas junto à investigadora.

Eu, _____,
declaro que aceito participar nesta investigação.

Atenciosamente

(Ana Sofia Henriques)

Data: ___ de _____ 201__